



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA

Bacharelado em Ciências Contábeis

Bruno Akira Suzuki

**EVIDENCIAÇÃO E PROVISIONAMENTO DAS GARANTIAS FINANCEIRAS
PELOS BANCOS BRASILEIROS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
IFRS E BRGAAP**

Brasília-DF,

2016

Professor Doutor Ivan Marques Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis - Noturno

Bruno Akira Suzuki

**EVIDENCIAÇÃO E PROVISIONAMENTO DAS GARANTIAS FINANCEIRAS
PELOS BANCOS BRASILEIROS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
IFRS E BRGAAP**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dantas

Brasília-DF,
2016

SUZUKI, Bruno Akira

Evidenciação e provisionamento das garantias financeiras pelos bancos brasileiros nas demonstrações em IFRS e BRGAAP. / Bruno Akira Suzuki – Brasília, 2016.

39 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dantas

Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de 2016.

1. Evidenciação. 2. Garantias Financeiras. 3. Bancos Brasileiros. 4. IFRS. 5. BRGAAP.

I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília

II. Título

A meus pais, por todo incentivo, dedicação e esforços diários para que eu me tornasse quem eu sou e chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela família que tenho e por me guiar na realização de todos os meus objetivos e sonhos.

Especialmente ao meu orientador e professor, José Alves Dantas, por sempre estar à disposição e por toda a dedicação, auxílio e ensinamentos, que foram fundamentais para a realização desse trabalho.

À minha namorada, que esteve comigo ao longo de toda a graduação, me apoiando em todos os momentos.

Aos meus amigos, por fazerem parte do meu dia a dia, tornando-o sempre mais divertido.

Por fim, aos meus colegas de trabalho da Caixa Econômica Federal, que sempre me incentivaram, contribuindo para que eu me tornasse um profissional cada vez melhor.

RESUMO

No segmento bancário, os bancos, por meio de um instrumento contratual denominado garantia financeira, asseguram o desempenho de seus clientes perante um terceiro, ao comprometer-se a efetuar pagamentos específicos para o detentor do instrumento da dívida, caso a obrigação não seja cumprida pelos mesmos. A evidenciação de informações sobre essas garantias é essencial para os usuários entenderem os riscos inerentes aos bancos, uma vez que há a possibilidade da maior parte do risco delas estarem *off balance*, além do fato de existir uma dualidade normativa sobre o tratamento contábil dessas garantias entre os dois padrões contábeis adotados no Sistema Financeiro Nacional (SFN) - IFRS e BRGAAP. O presente estudo teve por objetivo analisar o grau de evidenciação e provisionamento das garantias financeiras, a fim de identificar como as diferenças normativas têm se refletido nas demonstrações financeiras dos bancos. Para tanto, foram analisadas as demonstrações dos dez maiores bancos brasileiros no período de 2010 a 2015. Por meio da pesquisa documental, foi apurado o grau de evidenciação das garantias financeiras com base em quatro questões pontuais definidas para a análise, sendo constatado um grau de evidenciação médio em BRGAAP de 29% e em IFRS de 58%, concluindo que as demonstrações elaboradas segundo as IFRS são superiores em 100%. No entanto, esses números ainda são questionáveis, dado o volume de transações que ocorrem, no qual todos os bancos, num dado momento, forneceram essas garantias. As informações mais divulgadas estão associadas ao valor de garantia que foi prestada. Já informações referentes ao que são essas garantias, qual o devido tratamento contábil bem como a provisão constituída apresentaram evidenciação relativamente baixo.

Palavras-chaves: Evidenciação. Garantias Financeiras. Bancos Brasileiros. IFRS. BRGAAP.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação das questões pontuais delimitadas para análise das demonstrações financeiras	24
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dez maiores bancos brasileiros por ativos totais em dezembro de 2015	22
Tabela 2: Saldo da conta “3.0.1.00.00-4 – Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas” e “1.6.0.00.00-1 – Operações de crédito” dos dez maiores bancos brasileiros e a sua relação de proporcionalidade	23
Tabela 3: Apresentação da definição de garantias financeiras pelos bancos brasileiros no período de 2010 a 2015	25
Tabela 4: Descrição do tratamento contábil das garantias financeiras pelos bancos brasileiros no período de 2010 a 2015	27
Tabela 5: Evidenciação das garantias financeiras pelos bancos brasileiros no período de 2010 a 2015	28
Tabela 6: Evidenciação e reconhecimento da provisão sobre as garantias financeiras prestadas pelos bancos brasileiros no período de 2010 a 2015	29
Tabela 7: Consolidação dos resultados obtidos na seção 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4, por instituição	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BRGAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles in Brazil</i>
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CMN	Conselho Monetário Nacional
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SP	São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Garantias Financeiras Prestadas pelos Bancos	14
2.2 Tratamento Contábil das Garantias Financeiras Prestadas	15
2.2.1 <i>Nas International Financial Reporting Standards (IFRS)</i>	15
2.2.2 <i>No Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) – BRGAAP</i>	17
2.3 Pesquisas sobre Evidenciação das Garantias Financeiras no Brasil	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.1 Hipóteses de Pesquisa	21
3.2 Amostra	22
3.3 Obtenção e Tratamento dos Dados	23
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
4.1 Por questões de análise	25
4.1.1 <i>Definição de Garantia Financeira (Q1)</i>	25
4.1.2 <i>Descrição do Tratamento Contábil (Q2)</i>	26
4.1.3 <i>Evidenciação das Garantias Financeiras Prestadas (Q3)</i>	28
4.1.4 <i>Evidenciação e Reconhecimento da Provisão sobre as Garantias Financeiras (Q4)</i>	29
4.2 Por instituição	31
5 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Com a expansão dos mercados nas últimas décadas, as organizações precisam cada vez mais de recursos que atendam às suas necessidades de capital de giro e investimento. Os bancos, por meio da sua função de intermediador financeiro, que tem por finalidade o levantamento de recursos no mercado financeiro visando sua transferência para os diversos agentes de mercado (ASSAF NETO, 2014), desempenham um papel fundamental no suprimento dessas necessidades e buscam, gradativamente, medidas eficientes de fornecer o crédito de forma mais segura, consciente e com o menor risco possível, sendo a mais tradicional dessas medidas, a tomada de garantias sobre as suas operações.

Essas organizações recorrem às instituições financeiras com o intuito de angariar fundos para pôr em prática seus planos de negócios. As operações de crédito firmadas entre eles serão viáveis tanto para quem fornece o crédito quanto para o tomador de recursos, onde o credor tem a expectativa de receber de volta o valor concedido acrescido de juros, ao passo que o devedor espera, por meio dos fundos obtidos, colocar em prática a sua estratégia e, assim, obter lucros (MAIA, 2012). É nesse contexto, e diante da referida expectativa do credor, que surge a figura da garantia financeira, um instrumento contratual que assegura o cumprimento das obrigações perante um terceiro, o que faz dela um item imprescindível nessas operações.

Não obstante, é frequente no mercado que as empresas não tenham a capacidade necessária de fornecer as garantias exigidas pelos diversos agentes econômicos. Assim, elas recorrem aos próprios bancos que, na qualidade de fiador, prestam essas garantias em troca de uma remuneração, garantindo o desempenho de seus clientes perante esses agentes. Cabe destacar que essas garantias independem das diversas formas jurídicas que as empresas possam ter, podendo ser prestadas, inclusive, para entidades não financeiras.

Por meio do fornecimento dessas garantias é gerada uma obrigação contratual para os bancos, em que os mesmos ficam sob a responsabilidade de efetuar pagamentos específicos a fim de reembolsar o detentor do instrumento da dívida, caso a obrigação não seja cumprida pelo seu cliente. À vista disso, a divulgação de informações referentes a essas garantias se tornam relevantes, uma vez que num determinado momento é possível que os bancos tenham que responder por essas garantias prestadas.

Ademais, a adequada evidenciação dessas informações também contribui para o usuário da informação entender, de maneira mais clara e efetiva, o que se passa com os bancos, permitindo que os agentes econômicos compreendam os riscos incorridos nesse tipo de

transação, haja vista a possibilidade de boa parte da exposição ao risco estar *off balance* (fora do balanço).

No âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o tratamento contábil dessas transações pode ser observado tanto à luz das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) quanto do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), doravante denominado BRGAAP. Enquanto as IFRS apresentam um tratamento específico para essas operações, por meio da IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, da IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* e da IAS 18 – *Revenue*, por outro lado, o BRGAAP não apresenta tal especificidade. Isso motivou, inclusive, a edição, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), da Resolução nº 4.512, de 28 de julho 2016, preenchendo essa lacuna com a previsão dos procedimentos contábeis para reconhecimento da provisão correspondente, devendo os mesmos serem aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Portanto, considerando o fato de existir essa dualidade regulamentar no tratamento das garantias financeiras e diante da determinação da Resolução CMN nº 3.786, de 24 de dezembro de 2009, que estabeleceu que os bancos brasileiros devem divulgar as suas demonstrações financeiras, a partir de 31 de dezembro de 2010, segundo os padrões definidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, o que resultou na divulgação de duas demonstrações financeiras elaboradas com base em padrões contábeis distintos (IFRS e BRGAAP), este estudo tem por objetivo analisar como essas diferenças normativas, em relação ao registro, evidenciação e provisionamento das garantias financeiras, têm se refletido nas demonstrações financeiras dos bancos brasileiros elaboradas nos dois modelos contábeis – IFRS e BRGAAP, a fim de identificar o seu grau de evidenciação.

Para o alcance desse objetivo foram analisadas as demonstrações financeiras dos dez maiores bancos brasileiros, no período de 2010 a 2015, segundo os dois padrões contábeis – IFRS e BRGAAP.

Além dessa introdução, que contextualiza o tema e define os objetivos da pesquisa, este estudo contempla: o referencial teórico, que trata as garantias financeiras prestadas, apresenta os tratamentos contábeis nos dois padrões informados bem como os estudos realizados acerca do tema (Seção 2); os procedimentos metodológicos utilizados para a realização dos testes (Seção 3); a análise dos resultados (Seção 4); e por fim, a conclusão do estudo (Seção 5).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Garantias Financeiras Prestadas pelos Bancos

Os bancos, ao celebrarem operações de empréstimos, exigem a prestação de garantias ao beneficiário do crédito resultando em uma contraparte contratual adicional ao patrimônio do devedor. Essa contraparte é comumente denominada de garantia financeira e visa, principalmente, diminuir a percepção de risco dessas operações bem como gerar um maior comprometimento pessoal e até patrimonial do devedor, aumentando de forma substancial a possibilidade de retorno por parte do credor caso os pagamentos não sejam honrados na data prevista.

Para Eduardo (2008) as garantias financeiras são os instrumentos emitidos pelos bancos, utilizados de forma a vincular um ativo como garantia que, mediante a inadimplência da obrigação contratual, será utilizado para cumprimento dessa obrigação.

Conforme Mourand e Paraskevopoulos (2010) uma garantia financeira é um contrato que exige que o emissor faça os pagamentos previstos a fim de reembolsar um terceiro por uma perda devido ao fato de um devedor não efetuar um pagamento.

No segmento bancário é comumente empregado a aplicação de dois tipos habituais para essas relações contratuais: a) garantias prestadas pelo próprio banco; e b) garantias recebidas pelo banco nas operações de crédito firmadas entre o banco e o seu cliente. Em relação às garantias prestadas, foco do presente estudo, relacionam-se os avais e fianças em que o banco participa, tornando-se uma contraparte de alguma operação de crédito de seu cliente (MORAES, 2012).

Especificamente em relação à fiança bancária, essa é definida como a garantia de uma obrigação contratual estabelecida pelo cliente do banco junto a terceiros, onde o banco, na qualidade de fiador, obriga-se pelo pagamento junto ao credor (beneficiário), caso o cliente (afiançado) não honre com a obrigação assumida (EDUARDO, 2008).

Nota-se que nesse tipo de transação, o banco, por meio de um instrumento contratual, garante o cumprimento da obrigação de seu cliente junto a um terceiro, em favor do qual a obrigação deva ser cumprida. Tal instrumento é um compromisso condicional de crédito emitido pelo banco, assegurando o desempenho de seu cliente perante um terceiro, já que se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de seu cliente se este não o fizer. Assim, a constituição da garantia financeira se torna uma via alternativa para ressarcimento do

credor, diminuindo as incertezas ao garantir a parcialidade ou totalidade das obrigações vincendas.

Por fim, tendo em vista que, no mercado, sem a prestação de garantias adequadas não ocorra a concessão do crédito ou esse torna-se demasiadamente oneroso (TEIXEIRA, 2012), a garantia financeira, por promover tal diminuição das incertezas em favor do credor, contribui para a aplicação de uma taxa de juros menor nas operações de crédito em decorrência da mitigação do risco proporcionada.

2.2 Tratamento Contábil das Garantias Financeiras Prestadas

2.2.1 Nas International Financial Reporting Standards (IFRS)

As IFRS apresentam um tratamento específico em relação aos contratos de garantia financeira prestada pelos bancos. Primeiramente, deve-se analisar se o contrato firmado pelo banco atende à definição de contrato de garantia financeira presente na IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*:

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados, a fim de reembolsar o detentor por perda que incorre devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Ressalta-se que o contrato de garantia financeira também está no alcance da IFRS 4 – *Insurance Contracts* e poderá ser aplicado desde que o emissor tenha feito previamente uma declaração explícita de que ele considera esses contratos como contratos de seguro e ainda tenha usado a contabilidade aplicável a contratos de seguro. No contexto deste trabalho abordaremos a aplicação da IAS 39.

Uma vez atendida à definição de contrato de garantia financeira constante na IAS 39, o emissor reconhecerá o contrato de garantia inicialmente pelo valor justo. Caso o contrato de garantia financeira tenha sido emitido para uma pessoa não vinculada em transação autônoma em que não exista relacionamento entre as partes, o seu valor justo no início provavelmente será igual ao prêmio recebido, a menos que haja evidências que provem o contrário.

Posteriormente, a menos que o contrato de garantia financeira tenha sido designado no início pelo valor justo por meio do resultado ou quando uma transferência de ativo financeiro

não se qualifica para desreconhecimento ou ainda quando se aplica a abordagem do envolvimento continuado, o emissor mede-o pelo mais alto dos seguintes valores:

- a) a quantia determinada segundo a IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*; ou
- b) a quantia inicialmente reconhecida menos, quando apropriado, a amortização cumulativa reconhecida de acordo com a IAS 18 – *Revenue*.

Primeiramente, em atenção à IAS 37, uma provisão deverá ser reconhecida quando:

- a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Assim, somente quando houver indícios de que o cliente que contratou a garantia financeira junto ao banco não pagará a entidade credora no prazo estipulado, tornando provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros será requerida para liquidar a obrigação, deverá ser reconhecida uma provisão, a qual é mensurada, segundo a IAS 37, pelo maior dos seguintes valores:

- a) a melhor estimativa do desembolso, entendido como o valor em que a entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento; ou
- b) o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada de acordo com a IAS 18.

Caso contrário, se não houver indícios de que o cliente não pagará o credor, ou seja, ele honrará com os pagamentos, sem a necessidade de execução da garantia prestada, aplica-se a IAS 18, assim, mantém-se o valor que foi inicialmente reconhecido no ato da concessão da garantia financeira, o qual foi mensurado pelo valor justo relativo ao prêmio recebido pelo banco por esta operação, devendo posteriormente realizar a amortização da receita diferida até o vencimento do contrato.

Se constituída a provisão em conformidade com a IAS 37, as instituições devem divulgar as seguintes informações para cada classe de provisão: a) valor contábil no início e fim do período; b) provisão adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões já existentes; c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) no período; d) valores não utilizados revertidos durante o período; e e) aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

Para cada classe de provisão as instituições também devem divulgar: a) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes; b) uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas. Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros; e c) o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.

É importante salientar, que a exposição ao risco dessas garantias prestadas é tida como o montante máximo ao qual a instituição pode ter que pagar se a garantia for exercida, o que pode ser significativamente maior que o montante reconhecido como passivo. É a partir desse entendimento que se visualiza a importância da devida evidenciação das informações referentes a essas garantias, pois somente uma parte do risco está presente no balanço patrimonial, podendo a maior parte da exposição ao risco dessas transações ser *off balance*. Isso se dá pelo fato da provisão constituída a ser lançada no Balanço Patrimonial ter valor contábil menor do que o valor da garantia em si, caso a mesma seja exercida, ficando a maior parte do valor da garantia fora do balanço.

2.2.2 No Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) - BRGAAP

De acordo com o COSIF, instituído pela Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, do Banco Central do Brasil (BCB), as garantias prestadas devem ser contabilizadas levando em conta o valor pelo qual foram prestadas, cabendo registrá-las em contas de compensação, quando não prevista sua vinculação nas respectivas contas do ativo, e em contas patrimoniais as constituídas em dinheiro.

As Contas de Compensação são utilizadas para registro de quaisquer atos administrativos que possam transformar-se em direito, ganho, obrigação risco ou ônus efetivos,

decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos. (Circular do BCB nº 1.273/87).

Especificamente quanto às garantias prestadas, o COSIF destaca:

As garantias prestadas pela instituição, sob a forma de aval, fiança ou outra coobrigação, registram-se na adequada conta do sistema de compensação. Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas devem ser atualizados pelo menos por ocasião dos balanços.

Diante disso, as garantias prestadas são registradas, no COSIF, nas seguintes contas de compensação: grupamento “3.0.1.00.00-4 – Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas” em contrapartida com “9.0.1.00.00-6 – Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas”.

Pelo fato da contabilização ser feita em contas de compensação, não há a previsão de reconhecimento de uma provisão, já que a garantia prestada não altera imediatamente o patrimônio da entidade. Entretanto, essa transação gera uma obrigação contratual, existindo a possibilidade do banco em determinado momento cumprir com as exigências contratuais, o que de fato pode e deve alterar a situação patrimonial e financeira da instituição, devendo, nesse caso, ser constituída um passivo.

É nesse contexto e devido ao COSIF não apresentar um tratamento específico até então para as garantias financeiras, que o CMN expediu a Resolução nº 4.512, em 28 de julho de 2016, estabelecendo que as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB devem constituir uma provisão para cobertura das perdas associadas a essas garantias financeiras prestadas, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período, devendo os procedimentos contábeis estabelecidos serem aplicados a partir de 1º de janeiro 2017.

Tal provisão deverá ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e ser reavaliada, no mínimo, mensalmente por ocasião da elaboração dos balancetes e balanços (Resolução CMN nº 4.512/16).

Em seu art. 4º, a referida Resolução determina o que deve ser divulgado nas notas explicativas às demonstrações financeiras: a) os valores garantidos, por tipo de garantia financeira; b) valor da provisão, por tipo de garantia financeira; c) principais critérios e informações utilizados para constituição da provisão para perdas associadas às garantias financeiras prestadas.

Mediante essa Resolução, o tratamento contábil das garantias financeiras se aproxima do tratamento contábil apresentado pelas IFRS, já que passará a reconhecer uma provisão, o que não é considerado atualmente.

2.3 Pesquisas sobre Evidenciação das Garantias Financeiras no Brasil

A revisão de literatura sobre a evidenciação das garantias financeiras prestadas no Brasil demonstra que pesquisas sobre esse tema são restritas e praticamente nenhuma trabalha com o enfoque da evidenciação contábil, mas que apresentam sistemas de garantias para reabilitação ambiental ou para micro e pequenas empresas que queiram usufruir de serviços financeiros prestados pelos bancos. Há ainda trabalhos que relatam a importância da análise de crédito no controle da inadimplência, onde as garantias se apresentam como fatores relevantes de mitigação de risco.

Eduardo (2008), por exemplo, apresenta um estudo de caso no município de Ubatuba/SP, local onde atividades do setor de mineração em pequena escala são frequentemente associados a impactos socioambientais adversos, onde o autor apresenta mecanismos, como a caução, seguro-garantia e a fiança bancária, que possam ser utilizados para assegurar a reabilitação das áreas utilizadas nessa atividade. Por fim, o autor sugere um sistema de garantia financeira para o município supracitado.

Também a respeito de sistema de garantia financeira para reabilitação ambiental, foi identificado o estudo de Eduardo *et al* (2008), que objetivou a remediação de danos ambientais do tipo *ex post*, no município de Ubatuba/SP, por meio de um sistema de garantia financeira.

Já Zica e Martins (2008), analisaram os mecanismos de garantia de crédito disponíveis no Brasil, identificando a estrutura mais adequada para um sistema de garantia de crédito, voltado para o segmento das micro e pequenas empresas, como alternativa de acesso e redução de custos aos serviços financeiros.

Maia (2012) buscou analisar a importância da análise de crédito no controle de inadimplência de postos de combustíveis clientes de uma distribuidora de combustíveis brasileira de grande porte, onde a garantia para cobertura da exposição total proposta é um fator importante, uma vez que diminui os riscos na operação de crédito. A autora ainda apresenta os diversos tipos de garantia presentes no mercado, entre elas a fiança bancária.

No tocante à questão contábil de evidenciação das garantias financeiras prestadas pelos bancos, foi encontrado um único trabalho, Moraes (2012), que procurou identificar a adequação das informações sobre as garantias financeiras, nas demonstrações divulgadas pelos bancos brasileiros, após a convergência às normas internacionais de contabilidade. Para tal, foi utilizada uma amostra de instituições financeiras listadas na BM&FBOVESPA cujas demonstrações financeiras dos anos 2009 e 2010 foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo.

As evidências obtidas pela autora demonstraram que as companhias divulgam informações no mercado com maior ênfase na obrigatoriedade do que na divulgação voluntária e que mesmo com tal obrigatoriedade, essas companhias não realizaram uma adequada disponibilização de informações aos usuários. Além disso, Moraes (2012) identificou que as empresas não possuíam tecnologia e nem o conhecimento necessário para apurar o valor justo de suas garantias financeiras.

Essa revisão de literatura sobre a evidenciação das garantias financeiras, notadamente, revela que há uma carência de estudos sobre o tema no mercado nacional, o que reforça, inclusive, a relevância do propósito do presente estudo, que busca contribuir no suprimento dessa lacuna.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista o propósito do presente estudo, que consiste em identificar como as diferenças normativas acerca da evidenciação e provisionamento das garantias financeiras têm se refletido nas demonstrações financeiras dos bancos brasileiros, esta pesquisa caracteriza-se, quanto à finalidade, em descritiva e explicativa.

A pesquisa descritiva é a realizada com o objetivo de descrever as características de um fenômeno, ao passo que a pesquisa explicativa procura explicar as causas e consequências da ocorrência do fenômeno (DOXEY; DE RIZ, 2002-2003). Especificamente quanto à pesquisa descritiva, a mesma pode descobrir a existência de associações entre variáveis. Quando uma pesquisa vai além dessa simples verificação de existência de relação entre variáveis, e determina a natureza dessa relação, têm-se a aproximação da pesquisa descritiva com a explicativa. Assim, a pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, uma vez que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado (GIL, 2002).

Quanto ao delineamento adotado para coleta dos dados o presente estudo é caracterizado como uma pesquisa documental, pelo fato de valer-se das demonstrações financeiras elaboradas pelos bancos brasileiros. Conforme Gil (2002) a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Por fim, quanto à abordagem do problema e análise dos dados, o presente estudo é tido como qualitativo, uma vez que emprega uma análise mais profunda em relação ao fenômeno estudado, visando destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo (RAUPP; BEUREN, 2006).

3.1 Hipótese de Pesquisa

Partindo do pressuposto de que as IFRS apresentam de forma mais específica o devido tratamento contábil para as garantias financeiras e sua respectiva provisão, em comparação ao BRGAAP, é natural esperar um maior grau de evidenciação dessas informações nas demonstrações contábeis elaboradas segundo esse padrão contábil. À vista disso e das diferenças de enfoque discutidas na seção 2.2.1 e 2.2.2, é formulado a seguinte hipótese de pesquisa, a ser testada empiricamente:

H1: A evidenciação e provisionamento das garantias financeiras, por parte dos bancos brasileiros, é maior nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o padrão IFRS do que BRGAAP.

3.2 Amostra

Anteriormente à obtenção dos dados a serem analisados, foram definidos os parâmetros do presente estudo. Assim, delimitou-se o período de análise, que terá como base inicial o exercício de 2010, ano em que vigorou a Resolução do CMN nº 3.786/09, determinando que as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria, devem divulgar suas demonstrações financeiras, a partir de 31 de dezembro de 2010, segundo os padrões definidos pelas IFRS, culminando, a partir desta data, na divulgação de duas demonstrações financeiras elaboradas em padrões contábeis distintos – IFRS e BRGAAP. Como base final foi definido o exercício de 2015.

Delimitou-se também uma amostra dos dez maiores bancos brasileiros por ativos totais na data-base de dezembro de 2015, obtida por meio do relatório “Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas – IF.data” presente na página oficial do BCB.

A Tabela 1 demonstra os dez maiores bancos brasileiros por seus respectivos ativos totais em dezembro de 2015.

Tabela 1: Dez maiores bancos brasileiros por ativos totais em dezembro de 2015

Instituição	Ativos Totais - Dezembro/2015 (R\$)
Banco do Brasil	1.438.964.956
Itaú	1.285.393.163
Caixa	1.203.756.044
BNDES	925.858.356
Bradesco	905.117.499
Santander	681.734.679
BTG Pactual	241.695.357
HSBC	175.058.784
Safr	147.616.874
Votorantim	110.379.914

Fonte: Elaboração própria, baseado no relatório “Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas – IF.data” divulgado na página oficial do BCB, na data-base dezembro/2015

Esse é o conjunto dos dez maiores bancos brasileiros em ativos totais na data-base de dezembro de 2015 delimitados pela amostra, que tiveram suas demonstrações financeiras em IFRS e BRGAAP analisadas durante o período de 2010 a 2015.

3.3 Obtenção e Tratamento dos Dados

Após a definição dos parâmetros do estudo e seleção da amostra, foram obtidos os balancetes nº 4016, na página oficial do BCB, onde foram identificados os saldos da conta “3.0.1.00.00-4 – Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas” e “1.6.0.00.00-1 – Operações de crédito” de cada um dos bancos brasileiros definidos na amostra, nas seguintes posições: 12/2010, 12/2011, 12/2012, 12/2013, 12/2014 e 12/2015, conforme indicado na Tabela 2.

Tabela 2: Saldo das Contas “3.0.1.00.00-4 – Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas” e “1.6.0.00.00-1- Operações de Crédito” dos dez maiores bancos brasileiros e a sua relação de proporcionalidade.

Ano	Conta	Instituição (Valores expressos em milhões de reais)									
		Banco do Brasil	Itaú	Caixa	BNDES	Bradesco	Santander	BTG Pactual	HSBC	Safra	Votarantim
2010	3.0.1.00.00-4	12.501	16.692	26.762	0	45.172	22.334	1.123	4.947	7.028	10.416
	1.6.0.00.00-1	272.081	108.617	164.638	174.328	135.749	101.758	2.786	32.904	22.937	18.252
	Proporção	5%	15%	16%	-	33%	22%	40%	15%	31%	57%
2011	3.0.1.00.00-4	15.810	18.755	27.819	0	56.097	22.956	4.829	6.030	11.916	11.922
	1.6.0.00.00-1	321.125	126.694	233.848	211.575	160.795	115.170	3.985	36.890	27.877	18.038
	Proporção	5%	15%	12%	-	35%	20%	121%	16%	43%	66%
2012	3.0.1.00.00-4	20.059	16.655	31.509	0	68.799	27.734	6.474	6.710	11.311	12.883
	1.6.0.00.00-1	400.179	126.869	334.022	249.797	173.977	122.405	4.808	35.761	26.492	16.067
	Proporção	5%	13%	9%	-	40%	23%	135%	19%	43%	80%
2013	3.0.1.00.00-4	23.231	20.516	35.210	0	78.422	31.151	5.873	9.709	16.192	11.311
	1.6.0.00.00-1	486.885	135.842	461.845	278.605	196.087	126.467	8.781	42.597	27.284	13.561
	Proporção	5%	15%	8%	-	40%	25%	67%	23%	59%	83%
2014	3.0.1.00.00-4	25.239	79.361	23.143	266	88.634	39.924	10.187	13.505	22.742	10.208
	1.6.0.00.00-1	542.913	211.109	570.588	331.091	214.171	131.178	10.484	42.123	26.029	11.903
	Proporção	5%	38%	4%	0%	41%	30%	97%	32%	87%	86%
2015	3.0.1.00.00-4	28.027	86.087	31.658	390	95.668	39.634	10.961	13.019	26.233	9.758
	1.6.0.00.00-1	568.469	211.868	633.872	387.908	217.277	135.974	6.756	42.384	22.338	10.975
	Proporção	5%	41%	5%	0%	44%	29%	162%	31%	117%	89%

Fonte: Elaboração própria, baseado nos balancetes nº 4016 divulgado na página oficial do BCB, nas seguintes posições: 12/2010, 12/2011, 12/2012, 12/2013, 12/2014 e 12/2015.

O fato de apresentar saldo na conta “3.0.1.00.00-4 – Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas” permitiu identificar se os bancos prestaram garantias financeiras durante os exercícios analisados, devendo, consequentemente, estar evidenciadas informações sobre elas em suas demonstrações financeiras. Somente o BNDES não apresentou saldo nos exercícios 2010, 2011, 2012 e 2013, concluindo que o mesmo não forneceu garantias financeiras durante esses períodos.

O saldo da conta “1.6.0.00.00-1 – Operações de Crédito” demonstra o volume de operações de crédito concedidas pelo banco. Ao analisar a relação de proporcionalidade entre as garantias prestadas, representadas pela conta 3.0.1.00.00-4, e as operações de crédito, representadas pela conta 1.6.0.00.00-1, obtém-se a dimensão do que essas garantias representam para o banco, tanto em termos de volume como de exposição ao risco de crédito, sendo identificado em alguns casos, como do BTG Pactual em 2011, 2012 e 2015 e do Banco Safra no ano de 2015, valores de garantia financeira prestada superior ao das operações de crédito concedidas.

Essa proporcionalidade observada, reforça, ainda mais, a importância do presente tema e também de como a devida evidenciação de informações sobre essas garantias se fazem relevante, já que boa parte da exposição ao risco de crédito delas se encontra *off balance* (fora do balanço) e de que essa exposição ainda pode ser proporcionalmente substancial quando comparado às demais operações de crédito celebradas pelo banco que, diferentemente das garantias financeiras, são evidenciadas em contas patrimoniais.

Subsequentemente a essa identificação, as demonstrações financeiras em IFRS e BRGAAP dos dez maiores bancos brasileiros foram analisadas. Buscou-se nas demonstrações financeiras pelas seguintes palavras-chaves: “garantia”; “garantias financeiras”; fiança”; “aval”; “avais”; “*off balance*”; “provisão”; e “provisões” a fim de identificar a devida evidenciação das garantias financeiras prestadas e sua respectiva provisão.

Com base nessa busca, focou-se em questões pontuais para melhor delimitar a análise do presente estudo, que foram subdivididas em quatro, formando um *check list*, apresentado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Relação das questões pontuais delimitadas para análise das demonstrações financeiras.

Questão	Descrição da Questão
Q1	Apresenta a definição das garantias financeiras?
Q2	Descreve o tratamento contábil das garantias financeiras?
Q3	Evidencia as garantias financeiras? Quanto de garantia financeira foi prestada (R\$)?
Q4	Reconhece e evidencia a provisão sobre as garantias financeiras? Quanto de provisão foi constituída (R\$)?

Fonte: Elaboração própria, com base no objetivo do presente estudo.

Uma vez definida essas questões, foi mapeado se os bancos apresentavam as respostas, que poderia ser “sim” ou “não”, para cada uma delas, sendo possível, assim, identificar quantos por cento de atendimento ocorreram para cada uma das questões e por instituição, que serão apresentados na seção a seguir.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Utilizando os critérios de seleção de amostra e da obtenção e tratamento dos dados descritos na seção anterior, a análise de resultados é apresentada, inicialmente, para cada questão pontual delimitada e, em seguida, é apresentada a consolidação das questões por instituição, de forma a obter evidências suficientes para chegar à uma conclusão para a hipótese de pesquisa levantada na seção 3.1.

4.1 Por questões de análise

O primeiro parâmetro de análise tem por base a evidenciação e provisionamento das garantias financeiras para o conjunto de bancos ao longo do período estudado, por questão levantada. Assim, foi identificado o percentual de atendimento que cada banco, individualmente, apresentou às questões analisadas bem como quantos por cento dos bancos atenderam essas questões em cada um dos exercícios.

4.1.1 Definição de Garantia Financeira (Q1)

A Tabela 3 demonstra os dados obtidos para a questão Q1, onde buscou-se identificar se os bancos têm apresentado a definição das garantias financeiras em suas demonstrações.

Tabela 3: Apresentação da definição de garantia financeira pelos bancos brasileiros no período de 2010 a 2015

Q1. Definição de Garantia Financeira														
Instituição	BRGAAP							IFRS						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total %
Banco do Brasil	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Itaú	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
Caixa	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
BNDES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
Bradesco	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Santander	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
BTG Pactual	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
HSBC	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Safr	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Votorantim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
Total	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos.

Analisando os resultados obtidos, verifica-se que nenhum dos bancos apresentou a definição das garantias financeiras em suas demonstrações segundo o padrão BRGAAP, ao passo que metade dos bancos apresentaram essa definição nas demonstrações em IFRS. Nota-se, também, que foram sempre os mesmos bancos que apresentaram tal definição em todos os anos, sendo eles: Banco do Brasil, Bradesco, Santander, HSBC e Safra, correspondendo a 100% das suas demonstrações.

Consequentemente a isso, no conjunto dos bancos, representado na Tabela 3 pelo “Total”, observa-se uma divulgação superior nas demonstrações em IFRS, que apresentaram, no geral, 50% de evidenciação dessa informação, enquanto o BRGAAP não apresentou nada. Ressalta-se que a evidenciação dessa informação não se alterou ao longo dos anos, mantendo-se constante, onde cinco dos dez bancos a divulgaram durante os seis exercícios analisados.

Tal comportamento era esperado, tendo em vista o fato do próprio IFRS, diferentemente do BRGAAP, apresentar a definição das garantias financeiras em suas normas, especificamente, na IAS 39. Entretanto, levando em conta que a própria norma traduz a definição dessas operações e a grande maioria dos bancos apresentam uma nota explicativa específica para as garantias financeiras em suas demonstrações no padrão IFRS, esperava-se que mais bancos a divulgassem. O que foi presenciado é que apesar dos bancos apresentarem essa nota explicativa específica, em metade deles não é retratado para o usuário o que são essas operações.

4.1.2 Descrição do Tratamento Contábil (Q2)

Em relação à descrição do tratamento contábil das garantias financeiras foram obtidos os seguintes dados, apresentados por meio da Tabela 4.

Tabela 4: Descrição do tratamento contábil das garantias financeiras pelos bancos brasileiros no período de 2010 a 2015.

Q2. Descrição do Tratamento Contábil														
Instituição	BRGAAP							IFRS						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Banco do Brasil	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Itaú	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Caixa	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
BNDES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
Bradesco	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	17%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Santander	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
BTG Pactual	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
HSBC	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Safra	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	67%
Votorantim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	50%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
Total	10%	0%	0%	10%	10%	10%	7%	60%	60%	70%	70%	70%	70%	67%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos.

Em BRGAAP, apenas o Banco Bradesco no ano de 2010 e o Votorantim em 2013, 2014 e 2015 apresentaram a descrição do tratamento contábil das garantias financeiras em suas demonstrações, correspondendo a 17% das demonstrações do Bradesco e 50% do Votorantim. Para os demais bancos o devido tratamento contábil não foi descrito em nenhum dos anos.

Por outro lado, em IFRS, o devido tratamento contábil é apresentado por sete dos dez bancos. O Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander, BTG Pactual e HSBC descreveram em todos anos, ou seja, em 100% das suas demonstrações e o Safra de 2012 em diante, correspondendo a 67% de suas demonstrações. Ressalta-se que o Banco Safra nos anos 2010 e 2011 descreveu somente o reconhecimento inicial das garantias financeiras, não informando o reconhecimento subsequente, em conformidade com as normas internacionais, assim, tal descrição foi desconsiderada para o estudo, uma vez que foi apresentada de forma incompleta.

Para o conjunto dos bancos, apresentados pelo “Total” na Tabela 4, o BRGAAP apresentou 7% de evidenciação desse tratamento contábil, apresentando-o em 4 demonstrações das 60 analisadas. Chama a atenção o Banco Bradesco, que no ano de 2010, ano em que houve a convergência às normas internacionais de contabilidade, ao descrever em suas notas explicativas os ajustes realizados em suas demonstrações, apresenta como se dá o tratamento contábil das garantias financeiras, e nas demonstrações seguintes não o apresenta mais, caracterizando uma perda de evidenciação dessa informação em suas demonstrações.

Ainda em relação ao BRGAAP, cabe destacar, também, o comportamento inesperado por parte do Banco Votorantim. Ao passo que em todos os outros bancos a descrição do tratamento contábil ou foi igual entre os dois padrões ou foi superior em IFRS, o Votorantim apresentou um grau de evidenciação superior em BRGAAP, o que é totalmente contra intuitivo.

Já o IFRS apresentou 67% de evidenciação, com um leve crescimento ao longo do tempo, ao iniciar 2010 e 2011 com 60% dos bancos evidenciando e passando para 70% de 2012 a 2015.

Assim como em relação a questão Q1, tal resultado era esperado, já que o IFRS, quando comparado ao BRGAAP, é mais preciso em como essas operações devem ser tratadas contabilmente. Cabe destacar, novamente, que o fato das demonstrações em IFRS trazer nota explicativa específica para as garantias financeiras, pode contribuir para que o banco descreva o tratamento contábil, uma vez que a própria norma a apresenta de maneira clara.

4.1.3 Evidenciação das Garantias Financeiras Prestadas (Q3)

Referente à evidenciação de quanto de garantias financeiras foram prestadas pelos bancos brasileiros, a Tabela 5 apresenta os dados obtidos.

Tabela 5: Evidenciação das garantias financeiras pelos bancos brasileiros no período de 2010 a 2015.

Instituição	Q3. Evidenciação das Garantias Financeiras													
	BRGAAP							IFRS						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Banco do Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Itaú	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Caixa	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
BNDES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
Bradesco	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Santander	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
BTG Pactual	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
HSBC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Safr	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Votorantim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Total	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos.

A evidenciação das garantias financeiras pelos bancos brasileiros foi idêntica nos dois padrões contábeis, onde os mesmos oito bancos brasileiros divulgaram essa informação em todas as suas demonstrações. São eles: Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander, BTG Pactual, HSBC, Safr e Votorantim, que apresentaram a informação em 100% das suas demonstrações. Cabe destacar que apenas os bancos públicos, Caixa Econômica Federal e BNDES não evidenciaram tal informação em nenhuma de suas demonstrações.

No conjunto dos bancos, representado pelo “Total” na Tabela 5, observa-se que a evidenciação dessas garantias foi constante em todos os anos, inclusive, com a não evidenciação

por parte dos bancos públicos, assim, os mesmos bancos a divulgaram em todos os anos, resultando em 80% de evidenciação dessas garantias nos dois padrões de 2010 a 2015.

O resultado obtido demonstra que os bancos sempre têm divulgado, em termos monetários, quanto de garantia financeira foi prestada. Essa informação é extremamente relevante, pois representa a exposição máxima ao risco de crédito que essas operações podem gerar para o banco, que na prática, ocorreria se todas essas garantias fossem executadas ao mesmo tempo. Consequentemente a isso, o banco deveria cumprir com os pagamentos estabelecidos contratualmente, gerando desembolsos financeiros para honrar com a obrigação.

4.1.4 Evidenciação e Reconhecimento da Provisão sobre as Garantias Financeiras (Q4)

Por fim, a respeito do reconhecimento e evidenciação da provisão sobre as garantias financeiras, foram obtidos os seguintes resultados, apresentados pela Tabela 6.

Tabela 6: Evidenciação e reconhecimentos da provisão sobre as garantias financeiras prestadas pelos bancos brasileiros no período de 2010 a 2015.

Q4. Reconhecimento e Evidenciação da Provisão sobre as Garantias Financeiras														
Instituição	BRGAAP							IFRS						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Banco do Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	100%
Itaú	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
Caixa	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
BNDES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
Bradesco	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	50%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
Santander	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%
BTG Pactual	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	67%	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	67%
HSBC	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	33%
Safra	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	50%	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	50%
Votorantim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	33%	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	83%
Total	10%	10%	20%	40%	50%	50%	30%	20%	20%	30%	30%	50%	50%	33%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos.

Identificou-se certo equilíbrio entre os dois padrões contábeis para essa informação. Em BRGAAP a provisão foi evidenciada pelo Banco do Brasil em todas as suas demonstrações; pelo BTG Pactual de 2012 a 2015, ou seja, em 67% das suas demonstrações; pelo Bradesco e Safra de 2013 em diante, correspondendo a 50% de suas demonstrações; e pelo Votorantim nos anos 2014 e 2015, ou 33% de suas demonstrações. Os demais bancos não apresentaram em nenhuma de suas demonstrações essa informação.

Em contrapartida, a provisão em IFRS foi evidenciada pelo Banco do Brasil, também, em todas as suas demonstrações; pelo Votorantim com exceção do ano 2013, correspondendo a 83% de suas demonstrações; pelo BTG Pactual também de 2012 a 2015, ou 67% de suas demonstrações; pelo Safra a partir de 2013 em diante, ou seja, metade de suas demonstrações; e pelo HSBC nos anos 2014 e 2015, que corresponde a 33% de suas demonstrações. Os restantes dos bancos também não evidenciaram em nenhum dos anos analisados.

Em IFRS, chama a atenção o Banco Votorantim. Nos anos 2014 e 2015 ele constituiu a provisão na rubrica “provisão para perda com operações *off balance*”, ressalta-se que o banco trata como operação *off balance* somente os avais, fianças e cartas de fiança prestada pelo banco, o que permitiu identificar que essa provisão era, de fato, sobre as garantias prestadas. Nos anos 2010, 2011 e 2012 o banco claramente divulga que não foram identificadas perdas prováveis para as garantias prestadas, logo não há provisão a ser reconhecida. Porém, no ano de 2013, o banco não traz a rubrica, como em 2014 e 2015 e também não divulga que não foram identificadas perdas prováveis para as garantias prestadas, igual aos anos 2010, 2011 e 2012, assim, somente em 2013 não houve a evidenciação da referida provisão.

No que tange ao conjunto dos bancos, representado pelo “Total” na referida Tabela 6, esperava-se uma evidenciação muito superior por parte das demonstrações elaboradas segundo o padrão contábil IFRS, levando em conta que as normas estabelecidas por esse padrão trazem claramente a previsão de constituição de uma provisão sobre as garantias financeiras, ao passo que as normas em BRGAAP não estabelecem tal previsão. No entanto, foi obtido um grau de evidenciação próximo e relativamente baixo nos dois padrões contábeis, onde as demonstrações em BRGAAP apresentaram 30% de evidenciação e as em IFRS 33%.

Outro ponto a ser mencionado, é que a evidenciação dessa provisão foi aumentando ao longo dos anos em ambos os padrões. O BRGAAP iniciou 2010 com 10% dos bancos evidenciando, passou para 20% em 2012, 40% em 2013 e se estabeleceu em 50% nos anos de 2014 e 2015. Do outro lado, o IFRS começou em 2010 com 20% dos bancos evidenciando, subiu para 30% em 2012, chegando a 50% em 2014.

Esse crescimento ao longo dos anos, denota uma evolução positiva do grau de evidenciação dessas informações, bem como induz a crer em uma maior preocupação por parte dos bancos em fornecer essas informações. Tudo isso é justificado pelo fato de alguns bancos, que até então não traziam essas informações em suas demonstrações, passaram a apresentá-las com o passar dos anos, como por exemplo o Banco Bradesco em BRGAAP, o HSBC em IFRS, e o BTG Pactual juntamente com o Safra em ambos os padrões contábeis.

4.2 Por instituição

Foi constatado anteriormente, para cada questão levantada, o percentual de atendimento encontrado para o conjunto dos bancos. O passo seguinte, consiste em consolidar os resultados, obtidos em cada uma das quatro questões, por instituição e assim, concluir em relação a hipótese de pesquisa levantada.

A Tabela 7 apresenta a consolidação dos resultados obtidos nas seções 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4, por instituição.

Tabela 7: Consolidação dos resultados obtidos nas seções 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4, por instituição.

Instituição	Questão	BRGAAP	IFRS	Conclusão
Banco do Brasil	Q1	0%	100%	IFRS > BRGAAP IFRS 100% mais evidenciado que BRGAAP
	Q2	0%	100%	
	Q3	100%	100%	
	Q4	100%	100%	
	Média	50%	100%	
Itaú	Q1	0%	0%	IFRS > BRGAAP IFRS 100% mais evidenciado que BRGAAP
	Q2	0%	100%	
	Q3	100%	100%	
	Q4	0%	0%	
	Média	25%	50%	
Caixa	Q1	0%	0%	BRGAAP = IFRS BRGAAP igualmente evidenciado ao IFRS
	Q2	0%	0%	
	Q3	0%	0%	
	Q4	0%	0%	
	Média	0%	0%	
BNDES	Q1	0%	0%	BRGAAP = IFRS BRGAAP igualmente evidenciado ao IFRS
	Q2	0%	0%	
	Q3	0%	0%	
	Q4	0%	0%	
	Média	0%	0%	
Bradesco	Q1	0%	100%	IFRS > BRGAAP IFRS 79% mais evidenciado que BRGAAP
	Q2	17%	100%	
	Q3	100%	100%	
	Q4	50%	0%	
	Média	42%	75%	
Santander	Q1	0%	100%	IFRS > BRGAAP IFRS 200% mais evidenciado que BRGAAP
	Q2	0%	100%	
	Q3	100%	100%	
	Q4	0%	0%	
	Média	25%	75%	
BTG Pactual	Q1	0%	0%	IFRS > BRGAAP IFRS 60% mais evidenciado que BRGAAP
	Q2	0%	100%	
	Q3	100%	100%	
	Q4	67%	67%	
	Média	42%	67%	

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados e resultado obtidos nas seções 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4

Tabela 7: Consolidação dos resultados obtidos nas seções 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4, por instituição.

Instituição	Questão	BRGAAP	IFRS	Conclusão
HSBC	Q1	0%	100%	IFRS > BRGAAP IFRS 232% mais evidenciado que BRGAAP
	Q2	0%	100%	
	Q3	100%	100%	
	Q4	0%	33%	
	Média	25%	83%	
Safra	Q1	0%	100%	IFRS > BRGAAP IFRS 108% mais evidenciado que BRGAAP
	Q2	0%	67%	
	Q3	100%	100%	
	Q4	50%	50%	
	Média	38%	79%	
Votorantim	Q1	0%	0%	BRGAAP = IFRS BRGAAP igualmente evidenciado ao IFRS
	Q2	50%	0%	
	Q3	100%	100%	
	Q4	33%	83%	
	Média	46%	46%	
Médias - Consolidação dos Bancos	Q1	0%	50%	IFRS > BRGAAP IFRS 100% mais evidenciado que BRGAAP
	Q2	7%	67%	
	Q3	80%	80%	
	Q4	30%	33%	
	Total	29%	58%	

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados e resultado obtidos nas seções 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4

Ao analisar o grau de evidenciação por instituição, individualmente, observa-se que sete dos dez bancos brasileiros apresentaram uma divulgação segundo o padrão IFRS superior ao BRGAAP. São eles: Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander, BTG Pactual, HSBC e Safra. Os outros três bancos, Caixa Econômica Federal, BNDES e Votorantim, apresentaram o mesmo grau de evidenciação tanto em BRGAAP quanto IFRS.

Cabe destaque para as demonstrações em IFRS do Banco do Brasil, que foi o único banco que apresentou 100% de evidenciação das questões levantadas pelo estudo, em todos os exercícios analisados.

Ressalta-se que os bancos públicos, Caixa Econômica Federal e o BNDES, de fato, não evidenciaram nada acerca das garantias financeiras, em nenhuma de suas demonstrações, independentemente do padrão contábil adotado. No entanto, é importante salientar que esses bancos apresentaram saldo na conta “3.0.1.00.00-4 – Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas”, conforme demonstrado na Tabela 2, onde a Caixa Econômica Federal compõe saldo em todos os exercícios analisados enquanto o BNDES somente nos exercícios de 2014 e 2015.

O fato desses bancos apresentarem saldo na referida conta significa, apesar de não estar evidenciado em suas demonstrações financeiras, que eles prestaram garantias financeiras durante esses exercícios, e diante disso, a divulgação de informações referentes a essas garantias deveria ser feita. Uma possível explicação para essa não divulgação é por se tratarem de bancos

públicos e não apresentarem capital aberto. Assim, a cobrança pelos usuários externos tende a ser menor quando comparado às instituições que possuem ações no mercado de capitais, pois eles necessitam dessa informação de forma mais detalhada para tomarem suas decisões. Isso também pode ser justificado pelas próprias demonstrações do Banco do Brasil, que possui capital aberto e é uma sociedade de economia mista, apresentando também uma participação Estatal, que, contrariamente aos bancos 100% públicos, evidenciou todas essas informações questionadas sobre as garantias financeiras em suas demonstrações.

Chama-se a atenção para o Banco Votorantim, mais uma vez, que apresentou o mesmo nível de evidenciação, de 46%, nos dois padrões contábeis, porém por meio da divulgação de informações diferentes. Enquanto em BRGAAP há a divulgação, em metade de suas demonstrações, do tratamento contábil dessas garantias, em IFRS não há nenhuma evidenciação. Além disso, o banco evidencia, em IFRS, a provisão sobre essas garantias em cinco dos seis exercícios analisados, ao passo que em BRGAAP essa informação é apresentada somente em dois.

Outro ponto a ser ressaltado é que, na maioria dos bancos, houve uma grande disparidade do grau de evidenciação entre os dois padrões contábeis. Essa disparidade é apresentada na Tabela 7 pelo item “Conclusão”, onde foi calculado quanto maior evidenciado é um padrão em relação ao outro. Pode-se observar que as demonstrações em IFRS apresentaram, dependendo do banco, uma evidenciação de 60% a 232% maior em relação as demonstrações em BRGAAP. A maior diferença ficou para as demonstrações do HSBC (232%), seguido de Santander (200%), Safra (108%), Banco do Brasil (100%), Itaú (100%), Bradesco (79%) e BTG Pactual (60%).

Já comparando as “Médias - Consolidação dos Bancos”, na referida Tabela 7, conclui-se que, diante da consolidação, por instituição, dos resultados obtidos em IFRS e BRGAAP, as demonstrações financeiras divulgadas segundo o padrão IFRS atendem melhor as questões de evidenciação e provisionamento das garantias financeiras definidas por este estudo, sendo o grau de evidenciação superior nas seguintes questões levantadas: Q1) definição das garantias financeiras; Q2) descrição do tratamento contábil; e Q3) evidenciação e reconhecimento da provisão sobre essas garantias, uma vez que as médias para cada uma dessas questões foram maiores nesse padrão contábil. Em relação a questão Q4) evidenciação das garantias financeiras, os dois padrões apresentaram o mesmo comportamento.

Notadamente, as questões Q1 e Q2 apresentaram as maiores diferenças de suas médias, entre os dois padrões, isso pode ser justificado pelo fato das demonstrações em IFRS trazerem nota explicativa específica sobre as garantias financeiras, resultando em um maior

detalhamento sobre o que são as garantias financeiras e como elas são tratadas pelo banco. Observa-se que nas demonstrações em BRGAAP, que não apresenta essa nota explicativa específica, as questões de cunho mais teórico apresentaram um grau de evidenciação baixo, 0% para Q1 e 7% para Q2.

Percebe-se também, que as informações a respeito de quanto de garantia financeira foi prestada é a mais divulgada pelos bancos, com média de 80% em ambos os padrões contábeis. Já as informações sobre o que são as garantias financeiras (Q1), qual o seu tratamento contábil (Q2) e quanto de provisão foi constituída (Q4), apresentaram resultados relativamente baixos.

Por fim, confirma-se a hipótese de pesquisa levantada na seção 3.1, de que a evidenciação e provisionamento das garantias financeiras, por parte dos bancos brasileiros, é maior nas demonstrações elaboradas de acordo com o padrão IFRS do que em BRGAAP ao observar que o IFRS apresentou, na média, um grau de evidenciação de 58% enquanto o BRGAAP, 29%, o que corresponde a uma superioridade de 100%. É importante ressaltar, que essa superioridade se deve, fundamentalmente, às questões Q1 e Q2, de natureza qualitativa, já que as questões Q3 e Q4, de natureza quantitativa, apresentaram os resultados praticamente iguais.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo identificar como as garantias financeiras e sua respectiva provisão estão sendo evidenciadas, tendo em vista as diferenças normativas presentes nos dois padrões contábeis adotados pelo SFN – BRGAAP e IFRS.

Inicialmente, o estudo apresentou o que são as garantias financeiras e qual o respectivo tratamento contábil em cada um dos padrões, que serviram de base para a análise das demonstrações financeiras dos dez maiores bancos brasileiros no período de 2010 a 2015, baseado em quatro questões pontuais sobre essas garantias: Q1) apresenta a definição das garantias financeira?; Q2) descreve o tratamento contábil das garantias financeiras?; Q3) Evidencia as garantias financeiras? Quanto de garantia financeira foi prestada (R\$)?; e Q4) Reconhece e evidencia a provisão sobre as garantias financeiras? Quanto de provisão foi constituída (R\$)?

A análise dos dados demonstrou, primeiramente, o nível de atendimento dessas questões pelos bancos brasileiros, sendo possível mapear o comportamento dos mesmos individualmente e na totalidade ao longo do tempo. Por fim, consolidou esses resultados por instituição, onde observou-se que as demonstrações financeiras elaboradas com base no padrão BRGAAP apresentou, na média, um grau de evidenciação de 29% enquanto o IFRS, 58%, ou seja, a evidenciação das garantias financeiras pelas demonstrações formuladas de acordo com o segundo padrão contábil foram 100% superiores, o que era previsto empiricamente pela hipótese levantada.

Entretanto, esses números ainda são questionáveis, pois dado o grande volume que foi prestado dessas operações, e levando em conta que boa parte do risco dessas garantias financeiras, na maioria das vezes se encontram *off balance*, esperava-se uma divulgação de informações superior ao que foi encontrado.

É possível que o motivo dessa maior evidenciação por parte das demonstrações segundo o padrão IFRS se dê pelo fato delas, diferentemente do padrão BRGAAP, apresentarem uma nota explicativa específica para as garantias financeiras, o que gera um nível de detalhamento maior acerca dessas transações. Além disso, as informações em IFRS são, por muitas vezes, destinadas para os usuários externos, que necessitam desse detalhamento. Por outro lado, o BRGAAP, que não apresenta especificidade em relação ao procedimento contábil, detém, ainda, o viés de órgãos reguladores, como o BCB, que podem valer-se de outros meios, que não as demonstrações financeiras dos bancos, para obter esse detalhamento.

As limitações desse estudo resumem-se basicamente ao parâmetro de pesquisa que foi utilizado, que delimitou a pesquisa em dez bancos por seis anos, de 2010 a 2015; e pelo fato da análise documental conter uma subjetividade implícita na análise de conteúdo, por parte do pesquisador.

Por fim, sugere-se como pesquisas futuras acerca desse tema, a análise da evidenciação das garantias financeiras após a implementação da referida Resolução CMN nº 4.512/2016, que estabelece que as instituições financeiras autorizadas a funcionarem pelo BCB, a partir de 1º de janeiro de 2017, devem constituir uma provisão para cobertura de perdas associadas a essas garantias financeiras prestadas, a fim de identificar se o comportamento dos bancos quanto à evidenciação das informações em BRGAAP foi alterado e se houve uma maior evidenciação dessas informações por parte dos bancos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 12º Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Balancetes**. Título: Bancos. Arquivos: 12/2010, 12/2011, 12/2012, 12/2013, 12/2014 e 12/2015. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/balancetes.asp>>. Acesso em: 17/10/2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Circular nº 1.273**, de 29 de dezembro de 1987. Institui o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com implantação no 1º semestre/88. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=circ&ano=1987&numero=1273>> Acesso em: 17/09/2016.

COSIF – **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional**, Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif>>. Acesso em: 10/09/2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas – IF.data**. Data-base: Dezembro/2015. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios>> Acesso em: 30/10/2016.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). **Resolução nº 3.786**, de 24 de setembro de 2009. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2009&numero=3786>> Acesso em: 10/09/2016.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). **Resolução nº 4.512**, de 28 de julho de 2016. Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?numero=4512&tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&data=28/7/2016>> Acesso em: 10/09/2016.

DOXEY, Jaime Roy; DE RIZ, Joelma. **Metodologia de Pesquisa Científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003. Apostila, Disponível em: <https://cafarufrij.files.wordpress.com/2009/05/metodologia_pesquisa_cientifica.pdf>. Acesso em: 29/10/2016.

EDUARDO, Antônio Sérgio. **A aplicação de mecanismos econômicos para assegurar a reabilitação dos impactos socioambientais causados pela mensuração de saibro no município de Ubatuba/SP**. Dissertação como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geociências. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, 2008.

EDUARDO, Antônio Sérgio; FERREIRA, Cláudio José; FERREIRA, Doneivan Fernandes; HEERMANN, Hildebrando; SILVA, Paulo César Fernandes da Silva. Mecanismos de garantia financeira para assegurar o cumprimento de obrigações referentes à reabilitação ambiental. São Paulo, UNESP, **Geociências**, v. 27, n. 3, p. 401-413, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

International Accounting Standards Board (IASB). **IFRS 4 – Insurance Contracts**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/Documents/Technical-summaries-2014/IFRS%204.pdf>> Acesso em: 12/05/2016

International Accounting Standards Board (IASB). **IAS 18 – Revenue**, Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Documents/IAS18.pdf>>. Acesso em: 12/05/2016.

International Accounting Standards Board (IASB). **IAS 37 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets**, Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/Documents/English%20IAS%20and%20IFRS%20PDFs%202012/IAS%2037.pdf>>. Acesso em: 12/05/2016.

International Accounting Standards Board (IASB). **IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement**, Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/Documents/English%20IAS%20and%20IFRS%20PDFs%202012/IAS%2039.pdf>>. Acesso em: 12/05/2016.

MAIA, Duane Cardoso. **A Importância da análise de crédito no controle da inadimplência: um estudo de caso em uma distribuidora de combustíveis brasileira.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Engenharia de Produção). Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO). Rio de Janeiro, 2012.

MORAES, Grazielle Meurer de. **Evidenciação das garantias financeiras por bancos brasileiros: aplicação da regulamentação contábil internacional.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Rio Grande do Sul, 2012.

MOURAND, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. **IFRS: Normas Internacionais de Contabilidade para Bancos.** 1º Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática.** 3º Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TEIXEIRA, Flávia Daniela Vaz. **Penhor de direitos em garantia de créditos bancários.** Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade do Minho (UMinho). Portugal, 2012.

ZICA, Roberto Marinho Figueiroa; MARTINS, Henrique Cordeiro. Sistema de garantia de crédito para micro e pequenas empresas no Brasil: proposta de um modelo. **Revista de Administração Pública (RAP)** – Rio de Janeiro 42(I): 181-204, jan./fev. 2008.